

CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ESCUTA PARA JOVENS EM BUSCA DE UM FUTURO PROFISSIONAL: IMPASSES E APOSTAS DA PSICANÁLISE EM EXTENSÃO¹

*Perla Klautau**

*Maria Manuela Dias Ramos de Macedo***

RESUMO

Este artigo se configura como um dos resultados parciais da pesquisa “Jovens em situação de vulnerabilidade social: entre o trauma e o reconhecimento”, desenvolvida desde 2017, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Veiga de Almeida com financiamento da FAPERJ. O objetivo principal da pesquisa em questão é propor possíveis extensões do método psicanalítico a partir da construção de dispositivos alternativos ao *setting* clássico. Serão apresentadas algumas reflexões, tecidas após a realização do trabalho de campo, efetuado entre os meses de maio e setembro do corrente ano, com jovens moradores de comunidades do Rio de Janeiro com idades entre 15 e 24 anos.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; trauma; reconhecimento; psicanálise em extensão; sofrimentos sociais.

CONSTRUCTION OF LISTENING DEVICES FOR YOUNG PEOPLE IN SEARCH OF A PROFESSIONAL FUTURE: OBSTACLES AND BETS OF APPLIED PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT

This article is one of the partial results of the research “Young people in situations of social vulnerability: between trauma and recognition”, developed since 2017, under the Scientific Initiation Program of the Universidade Veiga de Almeida with funding from FAPERJ. The main objective of this research

¹ Psicanalista, Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), Professora da Graduação em Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

^{**} Graduanda de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida, Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ.

is propose possible extensions of the psychoanalytic method starting from the construction of devices alternative to the classic setting. Some reflections will be presented after the fieldwork, carried out between May and September of this year, with with young residents of communities in Rio de Janeiro aged between 15 and 24 years.

Keywords: social vulnerability; trauma; recognition; applied psychoanalysis; social suffering.

CONSTRUCCIÓN DE DISPOSITIVOS DE ESCUCHA PARA JÓVENES EN BUSCA DE UN FUTURO PROFESIONAL: IMPASSES Y APUESTAS DEL PSICOANÁLISIS APLICADO

RESUMEN

Este artículo se configura como uno de los resultados parciales de la investigación “Jóvenes en situación de vulnerabilidad social: entre el trauma y el reconocimiento”, desarrollada desde 2017, en el ámbito del Programa de Iniciación Científica de la Universidade Veiga de Almeida con financiamiento de la FAPERJ. El objetivo principal de la investigación en cuestión es proponer posibles extensiones del método psicoanalítico a partir de la construcción de dispositivos alternativos al setting clásico. Se presentarán algunas reflexiones, tejidas después de la realización del trabajo de campo, efectuado entre los meses de mayo y septiembre del corriente año, con jóvenes residentes de comunidades de Río de Janeiro con edades entre 15 y 24 años.

Palabras claves: vulnerabilidad social; trauma; reconocimiento; psicoanálisis aplicado; sufrimiento social.

Puberdade, adolescência e juventude podem ser consideradas três noções fundamentais para compreender o processo de transição para a vida adulta. Apesar de possuírem uma temporalidade comum, para serem teorizadas é necessário demarcarmos fronteiras e limites. A puberdade e a juventude podem ser entendidas como tempos universais que fazem parte do desenvolvimento humano: comumente a puberdade é associada às mudanças hormonais experimentadas pelo jovem que, no momento em questão, não encontra um lugar para si nem no mundo das crianças, nem no mundo dos adultos. Ao contrário das duas noções mencionadas, a adolescência não é um tempo universal, dado a partir do desenvolvimento humano; é uma categoria que surgiu na modernidade e diz respeito a um trabalho efetuado pelo sujeito, realizado a partir do

amparo de seu entorno, que traz como marca a transição do mundo infantil para o mundo adulto.

A puberdade traz consigo uma nova roupagem imposta pelas mudanças corporais e alterações hormonais que transformam a identidade infantil. Tais novidades colocam o jovem diante do trabalho de construir um lugar, intra e intersubjetivo, capaz de abrigar o novo corpo e todas as mudanças subjetivas e sociais atreladas a essa transformação. Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905/1996) concebe a puberdade como um momento do desenvolvimento da libido posterior à latência. Esta pode ser entendida como fruto do recalçamento do conflito edípico. De posse das modificações corporais e das alterações hormonais, o púbere é despertado do sono da latência e se vê possibilitado a realizar o que até então só era passível de acontecer na dimensão da fantasia. Ao despertar o que estava adormecido, a puberdade traz consigo um potencial traumático. Dessa forma, o despertar da latência é marcado por um excesso difícil de ser contido e ligado sem um trabalho elaborativo.

Diante de tal invasão, assistimos o desabrochar da adolescência, trazendo à consciência inquietudes que permaneciam adormecidas (Klautau, & Faissol, 2016). Assim, é preciso realizar um trabalho de elaboração a fim de dar sentido ao que estava recalçado e foi despertado. De acordo com Laplanche e Pontalis (1992), elaboração psíquica define o esforço empreendido pelo aparelho psíquico no enfrentamento e controle das excitações que o invadem e cujo excesso ameaça tornar-se patogênico, estando referido ao trabalho psíquico realizado nas ações cotidianas do sujeito. Dessa forma, elaborar consiste em integrar as excitações no psiquismo e estabelecer entre elas conexões associativas. Com esse propósito, elaborar traduz-se como o trabalho empreendido pelo aparato psíquico capaz de transformar o excesso de energia pulsional invasora mediante seu deslocamento para outra posição no psiquismo ou o vincular-se a alguma representação.

A adolescência pode ser considerada um trabalho de elaboração comparável a uma travessia. Durante o enfrentamento dos conflitos despertados pela puberdade, o jovem, em sua experiência de transitoriedade, encontra-se diante do desafio de promover importantes

mudanças, sem jamais, de forma paradoxal, deixar de ser ele mesmo. A adolescência reflete uma experiência crítica de atravessamento – invasora e potencialmente traumática – cujos efeitos futuros estarão na dependência de um trabalho psíquico árduo e continuado de cuja efetividade resultará a solução do traumático ou o advento do patogênico. Sem dúvida, o excesso invasor ocorrido na puberdade se reveste de natureza traumática, mas não necessariamente patogênica: a situação final dependerá do modo segundo o qual o esforço psíquico do jovem for conduzido ao longo dessa fase do desenvolvimento.

O trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade social vem nos mostrando que a tarefa de descobrir e significar o mundo que adquire uma nova roupagem coloca o sujeito não só diante do trabalho de elaborar, de construir um lugar capaz de abrigar o novo corpo, as mudanças subjetivas e sociais atreladas a essa transformação mas, sobretudo, o coloca diante de um tipo de sofrimento cujas raízes extrapolam o universo da idiosincrasia individual, revelando como a precarização e vulnerabilidade dos laços de pertencimento e coesão social impactam a posição e a experiência do sujeito no mundo – interferindo nos processos de construção identitária (Bourdieu, 2008) e de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido (Castel, 1998). Como compreender a especificidade desse sofrimento – sua natureza, sua gênese e seus impactos sobre a experiência subjetiva? Que rearranjos nos esquemas teórico-conceituais e nos dispositivos de intervenção psicanalíticos são necessários para que a psicanálise possa abordá-lo de maneira criativa e eficaz?

Além do desafio de responder a essas indagações, este artigo se configura como um dos resultados parciais da pesquisa “Jovens em situação de vulnerabilidade social: entre o trauma e o reconhecimento” – desenvolvida desde 2017, com financiamento da FAPERJ, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Veiga de Almeida (PIC-UVA). Para dar corpo a nossa aposta, serão apresentadas algumas reflexões, tecidas após a realização do trabalho de campo, efetuado entre os meses de maio e setembro do corrente ano, com moradores de comunidades do Rio de Janeiro, com idades entre 15 e 24 anos, regularmente matriculados na ONG Galpão Aplauso.

SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DOS IMPASSES ÀS POSSIBILIDADES DE TRABALHO

O trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade social requer um olhar amplo e complexo capaz de não desvincular a dimensão subjetiva do ambiente no qual o sujeito se encontra inserido. Se elegermos como ponto de partida as considerações efetuadas por Winnicott (1945/2000) acerca da noção de ambiente, este termo ganha *status* de conceito psicanalítico e passa a ser fundamental para a compreensão da abrangência do entorno do qual o sujeito faz parte. Ao efetuamos uma leitura interdisciplinar, levando em consideração uma visão articulada entre a dimensão psíquica e o contexto social-político-econômico, ambiente pode ser concebido como sinônimo de uma gama de situações que abrangem desde o cuidado exercido pelos que desempenham as funções maternas e paternas até as garantias de cidadania conferidas por parte do Estado.

O ambiente precário no qual os sujeitos em condição de vulnerabilidade social vivem deve ser entendido como um meio que não provê as necessidades fundamentais, tais como moradia, educação e cuidado. Falta de cuidado e de acolhimento fornecidas pelo ambiente podem ser nomeadas, segundo Winnicott (1952/2000), *falhas ambientais*. Esse tipo de não provimento ambiental, ou de provimento ambiental falho, incide de modo fortemente negativo no reconhecimento das potencialidades do sujeito e no uso que poderá ser feito delas no enfrentamento das adversidades da vida (Kloutau, 2017, p. 116-117).

Para Dejours (2000), o que é falsamente chamado de adversidade é na realidade resultado do mal praticado de uns contra os outros. O autor em questão propõe pensarmos o sofrimento que é negado a partir de uma análise do processo que propicia a complacência social com o mal e a injustiça. Assim, a negação do sofrimento deve ser vista com uma estratégia de defesa, a qual permite a manutenção do equilíbrio psíquico, evitando que os sujeitos cheguem à crise psíquica através do processo de cristalização. Ou seja, por meio de mecanismos de proteção, os sujeitos buscam transformar e minimizar a percepção da realidade que os fazem sofrer. Ao estabelecer tal contexto, Dejours (2000, p. 36) enfatiza ainda

que a normalidade resultante da disputa entre sofrimento e luta contra o mesmo não deve ser vista como ausência de sofrimento, mas, pelo contrário, propõe o conceito “normalidade sofrente” para nomear a tentativa de tornar o sujeito insensível ao que gera sofrimento a ele.

Bourdieu (2008) também destaca a perversidade que há por detrás dos mecanismos econômicos e sociais, os quais conformam espaços de exclusão e com graves consequências, ainda que muitas vezes inconscientes. Isto é, sofrimentos que têm sua origem na cruel realidade social, a qual dificilmente pode ser descontinuada ou transformada. Nessa mesma linha, Carreteiro (2003) se utiliza da análise proposta por Castel para pensar sofrimentos de origem social, pelos quais há duas possibilidades para ser indivíduo na contemporaneidade, sendo “indivíduo por falta” ou “indivíduo por excesso”. Ao contrário dos “indivíduos por excesso”, que têm suportes suficientes para desenvolver estratégias sem ter de recorrer à dependência, os “indivíduos por falta” têm poucos suportes objetivos e experimentam um processo de desfiliação social. Assim, a autora utiliza o termo *sofrimento social* para se referir àquele que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social e é causado por desigualdades sociais que desvalorizam, humilham e não reconhecem as potencialidades dos sujeitos. Apesar de esse tipo de sofrimento ser experienciado por grupos subalternizados e seus efeitos terem impactos na dimensão comunitária e social, são sofrimentos invisíveis e inaudíveis que produzem marcas nas subjetividades sem serem compartilhados coletivamente.

Ao fazerem referência a territórios marcados pela presença precária do Estado, Broide e Broide (2016, p. 98) indicam que as relações estruturadas em tais locais são “vivas de forma muda, silenciada, muitas vezes expressas através do conflito com a lei e da vivência da exclusão como algo naturalizado”. A partir de tal apontamento, é possível perceber que estão em pauta situações sociais que depreciam a importância dos códigos sociais e culturais de determinada comunidade ou grupo, invalidando-os e, conseqüentemente, negando o lugar social do sujeito (Czermak, 2016). Se nos deslocarmos para o campo da filosofia, encontramos tal lógica na obra de Honneth (2003), mais especificamente a partir do que nomeou *recusa de reconhecimento*.

Para esse autor, o reconhecimento pode ser considerado uma necessidade vital, pois todo sujeito, para desenvolver suas potencialidades, precisa ser visto, ouvido e respeitado no que diz respeito, sobretudo, à esfera do amor, à esfera do direito e à esfera da solidariedade. O não reconhecimento nessas três esferas pode impedir, respectivamente, o estabelecimento da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, podendo gerar, até mesmo, morte psíquica, morte social e humilhação. Diante disso, é possível conceber a ideia de que um reconhecimento recusado pode ser entendido como uma situação traumática, mais especificamente uma situação em que o ambiente falha em sua função de prover as necessidades fundamentais, caracterizando, como já foi dito, o que Winnicott (1952/2000) nomeou *falhas ambientais*.

Nesse sentido, tanto o não reconhecimento, quanto o reconhecimento estigmatizante, pelo negativo, ferem, deixando marcas traumáticas que impedem o sujeito de apreender suas próprias potencialidades. É assim que a condição de vulnerabilidade vai produzindo marcas – *pobre, negro, analfabeto, favelado* – que inscrevem o sujeito na trama social pela via da negatividade. Tais rótulos determinam lugares sociais que, se naturalizados, produzem a cristalização de posições subjetivas marcadas pela condição de inadequação, impedindo o sujeito de expressar seu sofrimento e, em último caso, conduzindo à autoexclusão e, até mesmo, à dessubjetivação de si (Furtos, 2001, 2008). Quando essa condição passa a constituir a marca do lugar ocupado pelo sujeito na trama social, torna-se necessário escutar e reconhecer os sofrimentos produzidos por contextos marcados pela precariedade dos processos de integração e coesão social.

TESTEMUNHAR E RECONHECER: APOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ESCUTA

A partir da realização de observações participantes, realizadas no âmbito do projeto de extensão “Escutando jovens em busca de um futuro profissional: intervenções psicanalíticas em um contexto educacional não-formal”, foram configuradas duas propostas de construção de espaços de escuta que vêm sendo desenvolvidas na esfera individual e grupal, nomeadas, respectivamente, *papo reto* e *tá na roda*. No que diz

respeito à modalidade de intervenção em grupo, o eixo principal da aposta de construção de dispositivos de escuta está organizado em torno dos impasses provocados pelo potencial traumático oriundos da falta de reconhecimento das marcas produzidas pela condição de vulnerabilidade social. Scholze (2007, p. 68) entende que a competência discursiva dos sujeitos, além de estar diretamente ligada ao processo de exclusão social, é fator determinante no reconhecimento do indivíduo, pois a competência é a capacidade de se fazer escutar, ao passo que “alguns detêm o capital de autoridade de se fazer ouvir e a grande maioria fica excluída desta condição”. Assim, a autora defende que a garantia da construção de espaços e ações para práticas de produção discursiva pelos indivíduos deve ser vista como questão de cidadania, de direito de falar e de ser ouvido, desenvolvendo a ampliação do capital simbólico e a sua inserção social.

Seguindo essa lógica, a construção de dispositivos de escuta para jovens em situação de vulnerabilidade social aposta que é a partir da relação estabelecida com a alteridade que o sujeito pode dispor de meios para identificar, nomear e dar sentido ao que se configurou como traumático. De acordo com Foucault (2000), a heterogeneidade constitui-se como um dos elementos fundamentais para a construção de um dispositivo:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (p. 244).

Através da disposição em rede, o dispositivo pode ser visto como um mecanismo que permite ao sujeito múltiplos processos de subjetivação e possibilita a ele se posicionar de diversas maneiras. Nas palavras de Agamben (2005), “quanto mais os dispositivos difundem e disseminam o seu poder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante de um elemento inapreensível, que parece fugir a sua presa quanto mais se submete docilmente a ela” (p.16). Em consonância com este raciocínio, Broide e Broide (2016) recorrem a Badiou para relacionar filosofia, psicanálise e o objeto vazio. Enquanto a primeira busca o vazio no ser, a psicanálise cria o vazio perante o qual o sujeito do inconsciente

pode advir. A criação de espaços que tem como ferramenta principal a escuta do inconsciente faz parte da estratégia de ação quando se desenvolvem atividades grupais em contextos marcados pela exclusão social. Em suas visões, a função dos grupos é justamente “possibilitar a passagem do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino, do pavor, à reinvenção do presente” (Broide, & Broide, 2016, p. 24). Tal transição seria então possível a partir dos testemunhos, sendo estes uma prática de linguagem em processo a qual permite que uma narrativa se transforme em teorização viva de um campo. Nas palavras dos autores “o ato testemunhal interessa ao psicanalista na medida em que a singularidade do sujeito emerge diante da dimensão pública dos fatos e acontecimentos históricos, políticos e econômicos” (Broide, & Broide, 2016, p. 20). Para Seligmann-Silva (2008), o testemunho é uma condição elementar para a sobrevivência daqueles que vivenciam alguma situação radical de violência, pois a narrativa é o que permite o estabelecimento de um elo com os “outros” ou o início do seu trabalho de religamento ao mundo.

Diretamente articulada com o exercício do testemunho, a função de testemunha é peça crucial para a construção dos dispositivos de escuta. A função de testemunhar está para além de presenciar o fato em si, pois se refere àquele que se faz presente durante a narrativa do insuportável, sustentando a escuta e disposto a transmitir tais palavras a outros,

não por culpabilidade, ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2009, p. 57).

Para pensar a função do analista como testemunha é preciso construir uma articulação com o trabalho de perlaboração efetuado em análise. Laplanche e Pontalis (1992), distinguem os termos elaboração e *perlaboração*. O primeiro está ligado ao trabalho psíquico praticado no dia-a-dia do sujeito, fazendo referência ao enfrentamento e controle das excitações que invadem o aparelho psíquico e ameaçam tornar o excesso patogênico. Já o neologismo *perlaboração* se refere à elaboração

psíquica em um contexto analítico, “articulando especificamente o processo pelo qual a análise integra uma interpretação, superando as resistências suscitadas e autorizando o indivíduo a aceitar elementos recalcados e libertar-se da influência dos mecanismos repetitivos” (Klautau, Gonçalves, & Leal, 2018, p. 69). A expressão *perlaboração* é uma das formas de traduzir o termo *Durcharbeitung* para português, o qual remete ao trabalho efetuado ao longo do processo analítico na busca pela apropriação subjetiva a partir do inconsciente.

Com isso, pode-se entender o ato testemunhal como uma tentativa de *perlaboração*, pois através dele emergem sentimentos até então naturalizados que, ao serem retirados da invisibilidade, são capazes de despertar afetos até então invisíveis e inaudíveis e incitar à reflexão. Isto é, o reconhecimento das adversidades do ambiente e de sua condição de vulnerabilidade pode permitir ao sujeito a desnaturalização, o fim da negação, o compartilhamento e, conseqüentemente, a apropriação do seu lugar social. Dessa forma, é possível perceber que o psicanalista aposta, por meio da escuta, na identificação e no reconhecimento, operando na construção de uma rede de significantes que possibilitem a atribuição de novos sentidos, permitindo assim, a descristalização de posições inscritas pela condição de vulnerabilidade social.

TÁ NA RODA: POSSIBILIDADES DA PSICANÁLISE EM EXTENSÃO

No que se refere ao funcionamento do *tá na roda*, dispositivo de escuta realizado em grupo, a ideia central é possibilitar aos envolvidos um processo de associação livre coletivizada capaz de permitir que cada sujeito envolvido possa tomar a palavra e agir inspirado pelo discurso dos outros, realizando um movimento que acaba propiciando um trabalho de *perlaboração*, atingindo assim a esfera singular. Dessa forma, os mecanismos de identificação e de projeção funcionam como ferramentas de trabalho para o analista instaurar a possibilidade de os participantes escutarem e serem escutados: ao mesmo tempo que falam de si, falam do outro e até mesmo pelo outro. Sendo assim, o oferecimento de um espaço em que a palavra circula possibilitou o trânsito de identificações: projetando-se nos outros, os jovens encontraram possibilidades tanto de

se identificarem quanto de se diferenciarem. Em relação à identificação, Mannoni (1994) enfatiza que o psicanalista deve estar muito mais atento ao como, e não ao por que ela ocorre. A partir de tal observação propõe a noção de *desidentificação* como um processo de tornar consciente a identificação inconsciente. Para o funcionamento da escuta do grupo, a relevância do processo merece destaque: através da circulação da palavra, os jovens encontram possibilidades para se identificarem e também se diferenciarem, ou, pensando de acordo com o termo cunhado por Mannoni (1994), é possível tomar consciência e se *desidentificar* de posições fixadas. Nesse processo, é importante destacar o transnitivismo e o uso do outro como espelho como meios de estabelecer contato com as marcas identitárias inscritas pela condição de vulnerabilidade social.

Para a realização do *tá na roda*, é importante trabalhar o enquadre do grupo e fazer com que os participantes se reconheçam como partes de um todo. Blegger (1967/1997) defende o enquadre como algo mais amplo que o *setting*. Toma como base a definição winnicottiana de *setting*, como a soma de todos os detalhes da técnica, para propor a adoção do termo situação analítica quando a referência for feita à totalidade dos fenômenos que estão em jogo na relação analista e paciente, incluindo, assim, o enquadre e ainda as alianças inconscientes que estão presentes no trabalho analítico. Dessa forma, já no primeiro dia da realização do trabalho em grupo, abordou-se a questão do sigilo e o fato de ser um espaço de troca, não havendo, portanto, certo ou errado. A manutenção do espaço, o sentar em roda e a questão do horário também se tornam relevantes para o bom funcionamento da atividade.

Pichon-Rivière (1980) diz que os grupos operativos são estruturados por mecanismos de autorregulação e são colocados em funcionamento por um coordenador, cuja finalidade é conseguir fazer com que a comunicação dentro do grupo permaneça ativa e criativa. Para tal, inicialmente as coordenadoras faziam o movimento de propor algo que servisse como um disparador e estimulasse a circulação da palavra dentro da roda. Cabe ressaltar que esse disparador poderia ser uma questão, uma imagem, uma dinâmica, enfim, uma espécie de carta na manga que servisse como um facilitador para o exercício de associação livre dos participantes. Castanho (2018) nomeia esses disparadores como objetos

mediadores e, para ele, estes fazem a função de sedução. Para o autor, ainda que esses objetos acelerem a criação de vínculos, é importante lembrar que somente “quando a sedução não for um motor de ajustes no enquadre é que ele poderá ser ‘suficientemente invariante’ e a análise poderá ocorrer” (Castanho, 2018, p. 308). No grupo em questão, o movimento de abandono dos objetos mediadores ocorreu de forma natural no decorrer dos encontros.

Ao longo do trabalho, foi produzido um diário de campo que se constituiu como uma importante ferramenta de sistematização das experiências para análise de resultados *a posteriori*. No que segue, serão apresentados alguns resultados parciais do trabalho realizado entre maio e setembro desse ano com um grupo que iniciou com cerca de 20 participantes e terminou com aproximadamente 10 participantes. É importante informar que muitos dos alunos acabam deixando a instituição quando arrumam um emprego.

Ainda que a pesquisa esteja em construção, já é possível identificar alguns temas como recorrentes nos encontros. São eles: preconceito e racismo; homofobia e intolerância; o que é normal/anormal; rótulos, julgamentos e padrões impostos pela sociedade; sexualidade, formas de amar e relação entre pais e filhos.

É interessante ver a apropriação do espaço por parte dos jovens e o movimento grupal se organizarem, especialmente no que tange à relação de pais e filhos. Enquanto um expõe alguma situação que está sendo vivenciada, outros aconselham, baseados nas suas experiências pessoais. Um movimento como esse foi observado no dia em que uma menina, já quase encerrando o encontro, pede a palavra e diz estar muito triste por ser aquele seu último dia no projeto, pois suas notas na escola caíram e sua mãe a proibiu de continuar lá. Houve uma grande mobilização do grupo e muitos participantes contaram dificuldades vivenciadas com suas famílias e como foi possível transpor esses obstáculos.

Concomitante à renúncia dos objetos mediadores, pode-se identificar o surgimento de testemunhos. Os próprios participantes passaram a chegar propondo temas à roda, por vezes relacionados à aula anterior ou a situações ocorridas na própria ONG, mas, em diversos momentos, eventos vivenciados pessoalmente. Na sequência, serão apresentados alguns desses testemunhos.

Uma participante discorre sobre uma situação de preconceito ocorrida contra outro jovem do grupo: “quando vejo uma situação como essa dói em mim da mesma forma como se tivesse sido direto comigo. De que adianta falar sobre diversidade e respeito, e reproduzir a mesma sociedade machista, racista e homofóbica? É como quando minha vó diz: Você é tão bonita, seu cabelo ‘tá’ lindo! Mas alisa para ser mais aceita”. Nesse dia, as falas circularam em torno do tema da discriminação e do preconceito. Diversos pequenos testemunhos emergiram na roda. Segue outro trecho do mesmo encontro: “o pessoal da atividade x tem privilégios. Eles têm inclusive armários para colocar as suas bolsas! Antes, quando a gente chegava, ainda tinha uma pessoa responsável para cuidar do nosso material. A gente entregava a ele e ninguém mexia. Agora nem isso mais!”. Houve quem questionasse se o armário só poderia ser utilizado no momento das aulas. Outra jovem afirmou com bastante indignação que o armário era próprio, com cadeado e chave, assim os donos poderiam guardar suas coisas, trancar e deixar lá por toda a semana. A relevância dada ao armário chamou a atenção das coordenadoras, levando à reflexão sobre o que estaria por detrás daquela fala. E a hipótese levantada faz referência ao valor simbólico que há no *armário*, sendo esse um lugar que é ao mesmo tempo seguro, protegido e singular.

Um outro diálogo interessante se deu através da sociedade das formigas. Uma participante fala que sequer sabemos o que há debaixo da terra, já que o que vemos é apenas uma pequena parte e ressalta a força desses bichos, que carregam folhas muito maiores que seus próprios tamanhos para construir sua estrutura, enquanto uma outra garota brinca dizendo que na próxima vida quer ser formiga rainha, com os outros servindo a ela, sem precisar nem sair do formigueiro para a rua. Então, uma terceira diz “Eu moro no mato e lá gosto de ficar viajando olhando para os formigueiros, que são enormes. As formigas são superorganizadas e têm toda uma estrutura de sociedade melhor que a nossa. Como vamos dizer que elas não pensam?”. Estariam elas também se questionando sobre o seu lugar na sociedade? Um lugar justo, garantido, seguro e reconhecido?

Seguem mais um testemunho que se refere a uma situação de intolerância religiosa passada por uma menina na sua escola no dia anterior ao grupo.

Estou muito triste com o que aconteceu. Não só pelo fato, mas por minha reação. Reagi com violência quando ele (o agressor) veio me pedir desculpas. A gente tem que vestir uma armadura todos os dias para sair de casa. Eu achei que tivesse preparada para passar por situações como essa, com maturidade suficiente para isso. Mas eu vi que não.

Em relação ao último testemunho, merece destaque a mobilização do grupo diante do que foi narrado. O grupo inteiro se identificou com a situação vivenciada pela menina, afirmando que eles também já haviam passado por algo parecido. Ao mesmo tempo, diziam a ela que as reações em situações como essa são diversas e que nem sempre é possível controlar, então ela deveria se cobrar por isso. A concepção de trauma para Ferenczi (1933/2011) resulta na identificação com o agressor por parte da vítima. Por meio de mecanismos de defesa que entram em cena durante o evento traumático, a vítima passa por uma espécie de dissociação e, em seguida, a culpa e a ansiedade são internalizadas através do mecanismo de introjeção. Pensando em termos ferenczianos, a resposta da menina perante o seu colega pode ser entendida como identificação com a figura do seu agressor. Para Ferenczi, a situação vivenciada pode se tornar ou não traumática. Isso tem relação direta com a capacidade ou incapacidade do ambiente de validar, dar crédito e de funcionar como mediador de sentido para as experiências do sujeito. Assim, buscou-se dar espaço para que ela se sentisse amparada, reconhecida e ouvida, sem reduzir a importância do evento ocorrido.

É válido ressaltar a importância do *trabalho de amarração* realizado por parte das coordenadoras do grupo. Isto é, um movimento com o intuito de *costurar, de construir uma continuidade* entre os conteúdos que vêm sendo trabalhados e, juntamente, tentar sair do discurso manifesto e trazer o discurso latente. Ou, como defendido por Pichon-Rivière (1980), intervir pela via da interpretação na busca de explicitar o que está implícito. No que diz respeito a movimentos específicos realizados quando se trabalha com grupos, Castanho (2018) compara a ilusão individual, descrita por Winnicott, a uma ilusão grupal no trabalho coletivo, a qual pode ser entendida como uma espécie de aliança inconsciente necessária para a estruturação dos grupos. Ainda que faça parte do início da atividade, o autor destaca que a mesma deve ser ultrapassada durante o decorrer do processo. É preciso, contudo, esperar e respeitar o tempo de tal ilusão.

Durante nossa experiência, pode-se indicar que entre o início das atividades, passando pelo processo de estruturação, até o fim da ilusão grupal, passaram-se aproximadamente dois meses. No sexto encontro, houve um grande conflito no interior do grupo. Questões das relações entre participantes adentraram à roda, rompendo com a idealização do próprio grupo e permitindo que situações difíceis fossem narradas. Ao final dessa roda, foi importante ratificar o sigilo a fim de fortalecer o enquadre. Na semana seguinte, pode-se indicar tentativa inconsciente de manter a ilusão grupal e grande resistência ao trabalho, quando o grupo como um todo se mostrou bastante participativo e empenhado na atividade, falando de temas positivos e agradáveis. Foi então, na sequência, que uma jovem chega e sugere um tema para a roda: hoje vamos falar sobre ódio. E ainda completa: sempre falamos sobre coisas boas, formas de lidar, superar, mas sentir ódio também faz parte do dia-a-dia. A explicitação do conflito e as formas de lidar com o mesmo revelou um processo de desidealização, que será apresentado a seguir.

Inicialmente, os jovens traziam questões sobre ter que se portar de determinadas maneiras, conforme o local em que se encontravam. Com denúncias acerca dos rótulos e dos julgamentos, queixavam-se dos papéis sociais, da dificuldade de ser quem se é e da falta de liberdade. Após alguns encontros debatendo a partir das frases *ser quem eu sou* e *ter que ser quem eu não sou*, começou-se a falar sobre desejos. E, com isso, chegou-se a uma outra dupla de sentenças: *o que eu desejo* e *o que desejam por mim*.

Como desdobramento dessas reflexões, os participantes começaram a questionar a existência de um único eu ou se seriam cada um deles o resultado da junção de *múltiplos eus*. As indagações que ficaram foram: *há um único eu? Será que somos um? Será que é possível nos definir?* Alguns jovens afirmavam possuir *alter egos* e, dentro o grupo, houve uma divisão entre os místicos e os céticos. Uma hipótese para se pensar tal cisão é a contraposição do *eu transcendental* como algo superior que, ao mesmo tempo que nos determina, protege-nos. Ou ainda, o que desejam por mim. Do outro lado, o *eu psíquico*, que diz respeito ao desejo próprio, ao ser quem eu sou.

Nessa cisão, com certo estranhamento, emergiu o outro que *é diferente de mim*. E, com ele, podem-se apontar três tempos. No primeiro, através

do *bullying*, do preconceito, da discriminação e da intolerância, falam sobre o *olhar que o outro tem sobre mim*. Já no segundo, surge o ciúme, juntamente da confiança, seja confiança no outro ou a autoconfiança, e eles percebem *como eu me vejo no olhar do outro*. E, por fim, captam *como eu vejo o outro com os meus óculos*, identificando a idealização e a ilusão existente na relação com o outro, permitindo o curso até a desilusão e desidealização do mesmo.

Chegamos ao ponto em que foi possível perceber, através do discurso dos jovens, o seguinte deslocamento: *do eu (o que eu desejo, ser quem eu sou), para o outro eu (alter ego, eu múltiplo), chegando então ao campo do outro*. Algumas vezes, foi o próprio tema do preconceito que permitiu a entrada na roda de questões acerca do olhar do outro sobre si – *che vuoi?* (Lacan, 1962-1963/2005) – e ainda a indagação sobre o lugar próprio, não só no olhar, mas, também, no desejo do outro.

É importante destacar ainda, como consequência desse processo, a possibilidade de olhar para si a partir do olhar do outro. Com o outro já em cena, passam a surgir os sentimentos existentes nessa relação. E, através do gostar, do ciúme e da (des)confiança, os jovens passaram a refletir a partir das sentenças “gostar de quem não presta” e “o que o outro tem que me atrai?”, o que culminou com um processo de (des)ilusão e (des)idealização do outro.

Ainda sobre o reflexo do movimento grupal de abertura para a alteridade e para a diferença, pode-se indicar o caso específico de um participante que já no primeiro dia de atividade trouxe a seguinte frase: “Sou maluco porque vivo em um mundo que não me permite ser normal”, a qual pode ser entendida como um resultado da dificuldade de se reconhecer e de se sentir pertencente à sociedade onde está inserido. O movimento desse participante, em especial, é bastante interessante, pois, no início dos encontros, esse jovem era rotulado como o maluco do grupo e dificilmente conseguia falar sem ser interrompido ou *zoadado*, ao passo que, ao longo do tempo, passou a ser escutado e respeitado. Cada vez mais ele foi se expondo sem ser impedido ou zombado, construindo o seu espaço e garantindo o seu lugar de fala.

Por fim, pode-se afirmar que o grupo tem se mostrado bastante interessado na proposta que vem sendo desenvolvida, o que é ratificado

pelas suas falas, quando eles próprios dizem ser essa a hora mais esperada da semana, em função da liberdade que há no espaço. Houve inclusive uma situação em que um dos participantes contou ter um teste de modelo agendado para aquele dia, mas que não queria faltar à roda e, por isso, não foi. Acredita-se que, além de se sentirem encorajados a falar, os jovens reconhecem o *tá na roda* como um local de autonomia e respeito.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, é possível assegurar que os impasses encontrados durante a construção de dispositivos de escuta para jovens em situação de vulnerabilidade social foram cruciais para a aposta na possibilidade de que testemunhar, reconhecer e legitimar sofrimentos e afetos, até então silenciados, torna a escuta do psicanalista um instrumento potente de cuidado e de inclusão social. Quando escutados, os jovens podem se deslocar de uma posição cristalizada pela condição traumática, contrapondo-se à naturalização e à invisibilidade características das situações apresentadas. Com isso, por meio da oferta de escuta, da permissão para a afetação a partir do contato com os significantes pela rede composta pelo intercâmbio de narrativas cotidianas heterogêneas, o sujeito é capaz de ultrapassar os impasses impostos pela cristalização do traumático e apostar no encontro de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra travessia*, 0(5), 9-16.
- Bleger, J. (1997). Psicoanálisis del encuadre psicoanalítico. In Bleger, J. [Autor], *Simbiosis y ambigüedad*. Buenos Aires: Editora Paidós. (Original publicado em 1967)
- Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo*. (7ª ed). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Escuta.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Castanho, P. (2018). *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. São Paulo: Editora Linear A-barca.
- Castel, R. (1998). *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Czermak, S. (2016). *Arte de fazer com os sons: escuta psicanalítica da prática orquestral*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Dejours, C. (2000). *A banalização da injustiça social*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre adultos e criança. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas de Sándor Ferenczi*, v. IV. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Foucault, M. (2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Furtos, J. (2001). “Précarité du monde et souffrance psychique”. Dossier La souffrance psychique. *Rhizome*. Bulletin National Santé Mentale et Précarité, n. 5.
- Furtos, J. (2008). “Le syndrome d’auto-exclusion”. In Furtos, J. (éd.), *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris: Elsevier Masson.

- Gagnebin J. M. (2009). *Lembrar, escrever, esquecer*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Klautau, P. (2017). O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*, 20(1), 113-127.
- Klautau, P., & Faissol, K. (2016). Do *Nebemensch* ao *Unheimlich*: a presença da alteridade no processo de constituição da subjetividade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(21), 66-76.
- Klautau, P., Gonçalves, G., & Leal, C. (2018). Trauma, autotomia e (re) criação: a adolescência como trabalho de perlaboração da puberdade. In Maciel, A. (org.), *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1962-1963).
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes.
- Manonni, O. (1994). A desidentificação. In Manonni, M. et al., *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica* (p. 171-200). Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará.
- Pichon-Rivière, E. (1980). *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social*. (5ª ed). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Scholze, L. (2007). Narrativas de si e a estética da existência. *Em Aberto*, 21(77), 61-72.
- Selligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1), 65-82.
- Winnicott, D. W. (2000). O desenvolvimento emocional infantil. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (2000). Psicoses e cuidados maternos. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1952)

NOTA

¹Este trabalho foi desenvolvido no Laboratório de Estudos em Psicanálise e Conexões interdisciplinares (Lepci) com financiamento da FAPERJ. Gostaríamos de agradecer à ONG Galpão Aplauso pela cooperação estabelecida e às colegas do Núcleo Comunitário da Clínica Social do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) – Beatriz Chacur Mano, Beatriz Pinheiro de Andrade, Cláudia Amorim Garcia, Cláudia Rodrigues Pereira, Fania Izhaki e Luciana Lenz Cesar – pela parceria de trabalho.

Recebido em 08 de outubro de 2018

Aceito para publicação em 20 de outubro de 2018